

Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888)¹

*Manage their trades and the common good:
the socioeconomic profile of regional elites
in the Sertão da Farinha Podre (1852-1888)*

Flávio Henrique Dias Saldanha*

Resumo

O presente artigo pretende investigar o perfil socioeconômico das elites no Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, Minas Gerais. Para tanto, utilizamos como fontes de pesquisa as atas da câmara municipal e os inventários do Arquivo Público da cidade de Uberaba (MG). Tais fontes permitiram, ao menos, elucidar as opções de investimento e a composição da riqueza das elites, bem como o grau de participação destas na formação do Estado imperial.

Palavras-chaves

Elites dirigentes. Sertão da Farinha Podre. Formação do Estado.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba (MG), Brasil. Livros publicados: SALDANHA, Flávio H. D. O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (1850-1873). São Paulo: UNESP, 2013. SALDANHA, Flávio H. D. Os Oficiais do Povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006. Contato: <fhsaldanha@hotmail.com>.

¹ Este artigo é uma versão modificada da comunicação “No sertão se constrói uma Nação: um estudo da composição socioeconômica das elites políticas do Sertão da Farinha Podre no Brasil imperial” apresentada durante o XIX Encontro Regional de História, seção de Minas Gerais, “Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho”, realizado em Juiz de Fora (MG) nos dias 28 a 31 de julho de 2014 na Universidade Federal de Juiz de Fora. As críticas e sugestões feitas ao trabalho no simpósio temático “O Brasil no século XIX: culturas políticas, centralização e redes de poder” fizeram-me rever e tecer novas reflexões no presente texto. Obviamente, as opiniões e conjecturas emitidas neste artigo são de minha inteira responsabilidade.

This article aims to investigate the socioeconomic profile of the elites in the *Sertão da Farinha Podre*, current *Triângulo Mineiro, Minas Gerais*. Therefore, we use as source the minutes of City Hall and the Public Archives of inventories of the city of *Uberaba (MG)*. Such sources have allowed at least clarify the investment options and the composition of the richness of the elite, and the degree of participation of these in the formation of the imperial state.

Keywords

Elites leaders. Sertão da Farinha Podre. State formation.

No que diz respeito ao século XIX brasileiro, há muito por estudar e por compreender o processo de formação e a estrutura de poder que se constituiu no Brasil imperial. Deste modo, pretendemos investigar os meandros pelos quais se constituiu a formação do Estado imperial por meio da atuação das elites dirigentes e o complexo jogo de interesses e alianças tácitas na região do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro no estado de Minas Gerais.²

Tal escolha e objeto de interesse pautam-se pelo fato de acreditarmos firmemente que as oportunidades de se examinar e, conseqüentemente, aprofundar o conhecimento histórico sobre a construção do Estado nacional no Brasil independente passam, no atual estágio dos estudos historiográficos, pela análise detalhada do que politicamente se passou nas províncias brasileiras ao longo dos oitocentos.³ Desta feita, em uma perspectiva micro, procuraremos elucidar este processo por meio do estudo da composição social, política e econômica das elites na região em foco. O modo como estas elites foram cooptadas, as alianças e os acordos tácitos firmados em prol da construção do Estado no Brasil imperial afiguram-nos como objeto de especial interesse.

Neste aspecto em particular, Maria Odila Leite da Silva Dias, ao tematizar sobre a interiorização da metrópole portuguesa no Brasil,

² O termo “Sertão da Farinha Podre” tem como origem o costume dos desbravadores da região, saídos do Desemboque, de demarcarem o caminho com bolsas de couro cheias de farinha nos galhos das árvores. Ao retornarem de viagem, após longos meses, a farinha encontrava-se estragada, sem condições de consumo. Outra versão atribui a origem do termo a uma região de Portugal, cujas terras guardariam certa semelhança entre si. RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005. p. 51.

³ LEME, Marisa Saenz. Apresentação. In: VENÂNCIO, Anderson Luís. *Cavólicos, monarquistas e partidários da ordem: a política conservadora na província de Minas Gerais, 1844-1853*. Franca: UNIFRAN, 2008. p. 9.

já havia alertado sobre a necessidade de se aprofundar a análise das relações comerciais locais e suas relações íntimas “entre interesses rurais, comerciais e administrativos” para melhor “compreensão do processo moderado de nossa emancipação política”.⁴ Muito embora a autora trate de modo específico o processo da independência do Brasil, consideramos altamente relevante sua proposta de estudo da inserção das elites locais na arquitetura política da nação brasileira por meio da formação de redes internas de comércio.⁵

O antigo Sertão da Farinha Podre compreende a região do extremo oeste de Minas Gerais. A área é delimitada ao sul pelo rio Grande que separa Minas Gerais e São Paulo; ao norte pelo rio Paranaíba que faz divisa com Goiás; a oeste pela convergência dos rios Grande e Paranaíba que faz divisa com Mato Grosso do Sul; e a leste, pelas serras da Mata da Corda e da Canastra.⁶

De acordo com Antônio Borges Sampaio⁷, o desbravamento, ocupação e povoamento da região teve início a partir do povoado de Desemboque. Segundo este, foi Desemboque o centro propulsor do povoamento e primeiro núcleo de ocupação do Sertão da Farinha Podre. As expedições que partiram daquele local deram origem aos núcleos populacionais de Araxá, Uberaba, Prata e Patrocínio.⁸

Em termos políticos e administrativos o Sertão da Farinha Podre, entre 1720 a 1748, pertenceu à capitania de São Paulo. No entanto, a região foi incorporada à capitania de Goiás quando da criação desta em 1748. Em 1816, o Sertão da Farinha Podre foi novamente desmembrado sendo incorporado ao território de Minas Gerais.⁹

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 173-4.

⁵ Exemplo do que foi dito, podemos citar os trabalhos de Alcir Lenharo e Júnia Ferreira Furtado. Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁶ Atualmente a região corresponde ao Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba. Cf. RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci, op. cit., p. 51.

⁷ Antônio Borges Sampaio nasceu em Portugal e veio para Uberaba, em 1847, para atuar no comércio de sal. Exerceu vários cargos públicos. Foi delegado de polícia, promotor público, farmacêutico, vereador e oficial da Guarda Nacional. Como político foi chunhado do barão de Ponte Alta, importante político de Uberaba filiado ao Partido Liberal. Foi ainda correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Arquivo Público Mineiro (APM), escrevendo vários artigos sobre a história de Uberaba e do Sertão da Farinha Podre, sendo um dos primeiros historiadores da região. Para mais detalhes de sua produção historiográfica, cf. RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci, op. cit.

⁸ *Ibid.*, p. 64.

⁹ *Ibid.*, p. 66.

No final da década de 1830, a região do Sertão da Farinha Podre, segundo Luís Augusto Bustamante Lourenço, tornou-se importante foco de ocupação agropecuária das terras situadas a oeste da província de Minas Gerais.¹⁰ A agropecuária foi um importante fator responsável pelo desenvolvimento econômico e de fixação populacional, especialmente em torno da criação de gado e do comércio de sal.

Sobre o comércio de sal, convém destacar que a região de Uberaba começou a ganhar projeção, principalmente com a abertura de estradas destinadas ao transporte deste produto. Neste ponto, Lourenço assevera:

Uberaba tornou-se o principal centro distribuidor de sal para uma imensa área de pecuária extensiva que incluía o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Surgiu como consequência disso, num período de trinta e dois anos (1827-1859), uma verdadeira rede tentacular de estradas salineiras.¹¹

As atividades que giravam em torno do comércio de sal levaram ao estabelecimento de comerciantes de grosso trato em Uberaba. Como consequência, a região, ao longo das décadas de 1840 e 1850, passou por um gradativo crescimento populacional que resultou no surgimento de uma classe de comerciantes de médio e grande porte.

Para Lourenço:

A presença desta elite gerava novas demandas e novos serviços na economia da vila, que funcionavam como fatores de atração para uma população sedentária. Por exemplo, surgiam escolas, teatros, e a política institucional, com casa de câmara e cadeia. E é justamente nesse momento que se percebe o surgimento de uma outra elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses, juízes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o *urbano*.¹²

E por falar em meio urbano não podemos perder de vista sua articulação com o meio rural. Esta consideração é deveras importante tendo em vista que, de acordo com Alexandre Mendes Cunha, a diversificação das atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais colocou em questão as transformações articuladas entre o urbano e o rural. Deste modo, o meio urbano seria responsável pela irradiação ou, quando muito, por dar espaço a especialização das atividades econômicas a partir das áreas citadinas centrais criadas ao longo do século XVIII. Desta feita, o rural não seria, tão somente, o desenvolvimento do campo com relativa autonomia, mas o rearranjo de uma integração com os núcleos urbanos

¹⁰ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro, 1750-1861*. Uberlândia: UFU, 2002. p. 337.

¹¹ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante, op. cit., p. 329.

¹² *Ibid.*, p. 337.

intermediários que no começo dos oitocentos estenderam-se para as regiões mais prósperas da economia de base agropecuária.¹³

Pelo exposto, podemos deduzir que a região de Uberaba tenha sido resultante deste rearranjo entre meio rural e urbano em curso em Minas Gerais no início do século XIX. A despeito destes fatores, Lourenço assevera que dada a posição geográfica de Uberaba, esta

[...] consolidou-se como *boca do sertão*, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes – Rio de Janeiro e São Paulo –, e três regiões – Triângulo, Goiás e Mato Grosso. Daí seu excepcional crescimento, a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil.¹⁴

Em função do “seu excepcional crescimento” escolhemos a região de Uberaba dentro dos propósitos deste artigo, qual seja, o estudo do perfil socioeconômico de suas elites e sua relação com o processo de formação do Estado imperial brasileiro.¹⁵ Nossa análise teve início com a consulta ao acervo do Arquivo Público de Uberaba.¹⁶ Neste arquivo privilegiamos primeiramente as atas da câmara municipal com o intuito de identificar os camaristas eleitos para a vereança uberabense.

Neste aspecto em particular, convém destacar que Uberaba foi elevada à condição de vila pela lei provincial nº 28 de 22 de fevereiro de 1836. No entanto, a instalação da câmara municipal se deu em 7 de janeiro de 1837.¹⁷ Outro dado interessante a ser destacado, diz respeito sobre as legislaturas da câmara uberabense. É curioso observar que o número de camaristas aumentou de seis para nove, a partir da sexta legislatura (1857-1861). Isto em razão da elevação da localidade à condição de cidade em maio de 1856. Entretanto, a análise das atas de

¹³ CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 127, jan./jun. 2007. Neste aspecto em particular, discordamos das proposições de Roberto Simonsen e Celso Furtado de que a economia mineira teria entrado em um processo de progressiva decadência e/ou retração econômica após o auge das atividades de extração aurífera e diamantífera. Cf. SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977 e FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

¹⁴ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante, op. cit., p. 339-40.

¹⁵ Convém destacar que o presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento. Esta teve início em agosto de 2012 como projeto de Iniciação Científica com financiamento da Fapemig junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFTM. O projeto contou com renovação no início de 2015, também com financiamento da Fapemig. Os dados e considerações aqui apresentados são, portanto, parciais.

¹⁶ Doravante *APU*.

¹⁷ PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização do Brasil central*. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. p. 84.

posse denota que o número de vereadores variava entre nove a quinze em cada legislatura.¹⁸

Com estas observações em mente, foi feita a identificação dos vereadores a partir do exame das atas da câmara municipal de Uberaba. Concluída esta etapa, procedemos ao cruzamento destes na relação dos inventários *post mortem* do citado arquivo. Foram identificados quatorze camaristas uberabenses. Uma análise preliminar dos inventários constatou que os maiores bens avaliados foram atribuídos aos bens imóveis e aos escravos. Este é um dado bastante salutar, haja vista que, de acordo com João Luís Fragoso e Renato Rocha Pitzer, os bens de raiz e os cativos, em especial estes últimos, eram os itens mais caros avaliados nos inventários.¹⁹

E por falar em escravos, logo nos deparamos com o seguinte questionamento: qual era o perfil escravista dos vereadores da câmara municipal de Uberaba? Esta pergunta é extremamente pertinente, tendo em vista que Minas Gerais é considerada pela historiografia como a província mais populosa do Brasil imperial, tanto em termos de população livre quanto escrava. Sobre este último aspecto, Douglas Cole Libby relativiza esta afirmação e chama atenção para o fato de que:

É verdade que Minas parece ter possuído a maior população escrava do Brasil ao longo de praticamente todo o século XIX. [...], no entanto, acreditamos que seja muito importante pensar tal população em uma perspectiva comparativa, sobretudo em termos populacionais. A própria vastidão do território provincial e o tamanho de sua população geral garantiriam um numeroso plantel de cativos, mas não necessariamente a preeminência como província escravista.²⁰

Em que pesem estas questões, convém levar em consideração que a composição da riqueza era medida pelo número médio de escravos. Portanto, quanto maior o número de escravos um indivíduo possuísse, maior seria a sua riqueza e, conseqüentemente, desfrutaria de considerável *status* social. Isto para uma sociedade fortemente marcada pela escravidão e pela hierarquização social a distinguir, a todo instante, a “fina flor da sociedade”, os homens livres pobres e os cativos.²¹

¹⁸ CORASPE, Evacira Gonçalves da Silva; COUTINHO, Pedro dos Reis. *O poder legislativo através do tempo*. 3. ed. Uberaba: Solis Comunicação, Marketing e Consultoria, Uberaba, 2012. p. 69.

¹⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post mortem*. *Revista Arrabalde*, Petrópolis, ano I, n. 2, p. 33, set./dez. 1988.

²⁰ LIBBY, Douglas Cole. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013. p. 135. v. 1.

²¹ A este respeito, é interessante a análise de Ilmar Rohloff de Mattos sobre os três mundos

Deste modo, procuramos investigar as opções de investimentos e a composição da riqueza dos camaristas uberabenses. No entanto, um problema de ordem analítica se interpôs. O que era ser um homem rico no século XIX? Dito em outras palavras, o que era ser rico no Sertão da Farinha Podre, especialmente em Uberaba? Com base neste questionamento adotamos posição semelhante à de Marcos Ferreira de Andrade. Este, ao analisar as elites políticas da região de Campanha no sul de Minas Gerais, destaca que um homem rico e pertencente à elite local seria aquele que possuísse mais de vinte cativos. Claro está que ao definirmos este critério estritamente econômico, principalmente em um contexto escravista, não quer dizer que foram desconsiderados outros parâmetros definidores de riqueza tais como, prestígio familiar, ocupação de cargos públicos e administrativos e grau de instrução.²²

Neste sentido, no que diz respeito ao número de cativos, foi elaborada a tabela 1:

Tabela 1: Número de escravos dos vereadores de Uberaba (1852-1888)

Nome	Ano	N.º de Escravos
Antônio Elói Cassimiro de Araújo*	1863	33
Francisco José da Silva Prata	1871	25
José Teixeira Alves de Oliveira	1885	25
José Mariano de Oliveira Ramos	1860	18
Francisco Rodrigues de Barcellos	1888	14
Camilo Antônio de Menezes	1877	13
José Bernardes da Costa*	1852	12
Salvador Ferraz de Almeida	1864	12
João Rodrigues da Cunha Sobrinho*	1872	10
José Ferreira da Rocha	1872	7

que dividiam a sociedade imperial. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

²² ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa, 1799-1850*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 69. Kelly Eleutério Machado Oliveira adota posição semelhante ao estudar o perfil socioeconômico dos vereadores da Câmara Municipal de Mariana. Cf. OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *No Laboratório da Nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado nacional brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 73.

Joaquim Alves Godim	1869	6
João Baptista Machado*	1872	5
Innocência Alves Ferreira de Azevedo	1871	4
José Rodrigues do Nascimento	1865	3
Total		187

Fonte: APU, Inventários *post mortem* do 1.º e 2.º ofícios.

Nota: *Inventariantes.

Na tabela 1 podemos observar que entre os quatorze vereadores apenas três possuíam mais de vinte escravos. Este reduzido número deve ser relativizado, tendo em vista o pequeno número de inventários pesquisados e o mais importante, conforme foi dito, que ser rico e o pertencimento à elite não dizia respeito apenas à posse de escravos e terras.²³ Além disso, sobre a composição da riqueza devem ser levados em consideração a valor das fortunas acumuladas, bem como o valor das categorias socioeconômicas que concentravam maior riqueza.²⁴

Neste aspecto em particular, Lourenço aponta que, no Sertão da Farinha Podre, grandes fortunas mercantis foram pequenas. Ademais, o autor destaca que, até 1861, todos os homens ricos da região eram donos de terras e escravos. Todavia, em Uberaba, ao longo das décadas de 1840 e 1850, comerciantes de grosso trato, principalmente, ligados ao comércio de sal haviam se estabelecido na cidade.²⁵

Em que pesem estas considerações, chamou-nos a atenção a ausência de grandes e abastados proprietários escravistas entre os vereadores uberabenses. Este dado confirma, ao menos, as considerações de Clotilde Paiva de que em Minas Gerais o número de propriedades com grande número de cativos era pequeno.²⁶

Ademais, se tomarmos emprestado da autora as categorias de propriedade escrava, quais sejam, os pequenos proprietários na ordem de 1 a 3 cativos, os médios de 4 a 10, os grandes de 11 a 49, e os abastados, com mais de 50 escravos²⁷, veremos que neste último item, a inexistência

²³ A este respeito merecem destaque os trabalhos de José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos sobre o conceito e a análise das elites políticas no Brasil imperial. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit.

²⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., p. 71.

²⁵ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante, op. cit., p. 337.

²⁶ PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 103.

²⁷ PAIVA, Clotilde de Andrade, op. cit., p. 211.

de grandes propriedades escravas entre os camaristas uberabenses. A luz destas considerações foi elaborada a tabela 2.

Tabela 2: Tamanho dos plantéis escravos dos vereadores de Uberaba (1852-1888)

Tamanho dos plantéis	Total	%	Nº de escravos	%
Pequenos	1	7,14	3	1,6
Médios	5	35,71	32	17,11
Grandes	8	57,14	152	81,28
Muitos grandes	-	-	-	-
Total	14	100	187	100

Fonte: *APU*, Inventários *post mortem* do 1.º e 2.º ofícios.

Sobre a propriedade escrava dos vereadores uberabenses, infelizmente não dispomos de informações precisas quanto à profissão e procedência dos cativos disponíveis nos inventários. Sobre este último quesito, os inventários traziam de forma indistinta tanto a descrição da cor (preta, parda,) quanto da origem (nação, crioulo).²⁸ Igual situação encontramos com relação ao estado conjugal dos escravos. Diante deste fato decidimos não trabalhar com estas variáveis. No entanto, a respeito da faixa etária e da proporção entre homens e mulheres encontramos informações mais precisas, muito embora, em alguns casos, simplesmente não havia registro da idade.

Sendo assim, foram elaboradas as tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Faixa etária dos escravos (1852-1888)

Nome	Ano	0-14 anos	15-44 anos	45-59 anos	60 anos ou mais	S/ info	Total
Francisco Rodrigues de Barcellos	1888	-	12	1	1	-	14
José Teixeira Alves de Oliveira	1885	-	17	4	-	4	25
Camilo Antônio de Menezes	1877	2	9	1	1	-	13
João Baptista Machado	1872	3	2	-	-	-	5
José Ferreira da Rocha	1872	2	1	3	1	-	7

²⁸ Sobre este assunto cf. MATTOS, Hebe. A cor inexistente. In: _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste do Brasil escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 93-104; LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

João Rodrigues da Cunha Sobrinho	1872	4	6	-	-	-	10
Innocência Alves Ferreira de Azevedo	1871	2	2	-	-	-	4
Francisco José da Silva Prata	1871	3	10	-	1	11	25
Joaquim Alves Godim	1869	3	2	-	1	-	6
José Rodrigues do Nascimento	1865	-	2	-	-	1	3
Salvador Ferraz de Almeida	1864	1	6	-	3	2	12
Antônio Elói Cassimiro de Araújo	1863	1	17	2	-	13	33
José Mariano de Oliveira Ramos	1860	3	7	1	3	4	18
José Bernardes da Costa	1852	1	7	1	1	2	12
Total		25	100	13	12	37	187

Fonte: APU, Inventários *post mortem* do 1.º e 2.º ofícios. As variáveis (0-14 anos), (15-44 anos), (45-59 anos) e (60 anos ou mais) foram tomadas de empréstimo de PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 211.

Tabela 4: Proporção dos escravos entre homens e mulheres (1852-1888)

Nome	Ano	Homem	Mulher	S/info	Total
José Bernardes da Costa	1852	7	3	2	12
José Mariano de Oliveira Ramos	1860	12	6	-	18
Antônio Elói Cassimiro de Araújo	1863	20	12	1	33
Salvador Ferraz de Almeida	1864	6	5	1	12
José Rodrigues do Nascimento	1865	1	2	-	3
Joaquim Alves Godim	1869	3	3	-	6
Innocência Alves Ferreira de Azevedo	1871	2	2	-	4
Francisco José da Silva Prata	1871	14	5	6	25
João Baptista Machado	1872	2	3	-	5
José Ferreira da Rocha	1872	4	3	-	7
João Rodrigues da Cunha Sobrinho	1872	7	3	-	10
Camilo Antônio de Menezes	1877	8	4	1	13
José Teixeira Alves de Oliveira	1885	8	15	2	25
Francisco Rodrigues de Barcellos	1888	9	4	1	14
Total		103	70	14	187
Razão de Masculinidade		147			

Fonte: APU, Inventários *post mortem* do 1.º e 2.º ofícios.

No tocante à faixa etária dos cativos, podemos observar na tabela 3 que havia um grande número de escravos entre 15 e 44 anos. Portanto, cativos em idade produtiva. Além disso, ao compararmos a idade, o sexo e, quando registrado, a profissão, constatamos que os escravos do sexo masculino figuravam entre os valores mais elevados. Esta evidência confirma as considerações de Fragoso e Pitzer de que os escravos do sexo masculino, em idade produtiva e especializados em uma ocupação eram os mais caros do plantel de seus senhores.²⁹

A respeito da proporção entre os sexos dos cativos, podemos deduzir pela tabela 4 que os homens figuravam em maior número e em quase todos os plantéis. No entanto, em algumas propriedades podemos notar o predomínio ou o relativo equilíbrio das mulheres em relação aos homens. É o que se observa no plantel de José Teixeira Alves de Oliveira em que há maior número de mulheres em relação aos homens e os plantéis de Innocêncio Alves Ferreira de Azevedo, José Rodrigues do Nascimento, Joaquim Alves Godim, João Baptista Machado, José Ferreira da Rocha e Salvador Ferraz de Almeida em que prevalecem uma igualdade entre os sexos.

Sobre a proporção dos sexos dos cativos nota-se também uma alta razão de masculinidade. Isto se justifica pela preferência dos proprietários por escravos do sexo masculino e, especialmente, em idade produtiva. Além disso, a alta razão de masculinidade atrelada ao grande número de cativos homens em idade produtiva pode ser atribuída ao fato dos vereadores mais ricos de participação no tráfico internacional de escravos.³⁰

Com estas questões em mente, convém atentar, com mais vagar, para o grupo de vereadores pesquisados no acervo documental do Arquivo Público de Uberaba. Observando-se as atas de posse da Câmara Municipal de Uberaba e a composição das legislaturas da respectiva câmara, depreende-se que um conjunto de vereadores foi eleito para um único pleito, ao passo que outro exerceu mais de um mandato.

A este respeito foi elaborada a tabela 5.

²⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; PITZER, Renato Rocha, op. cit., p. 33.

³⁰ Proposição tomada de empréstimo de Andréia Lisly Gonçalves. A autora, todavia, aborda outro período e outra região de Minas Gerais. No entanto, consideramos pertinente fazer esta dedução, muito embora, em face da fase inicial da pesquisa não tenhamos dados seguros quanto à procedência dos cativos. Cf. GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: HUCITEC, 2008. p. 112.

Tabela 5: Número de mandatos dos vereadores de Uberaba (1837-1889)

Vereadores	N.º de Mandatos
Francisco Rodrigues de Barcellos	5
João Baptista Machado	5
José Ferreira da Rocha	5
José Teixeira Alves de Oliveira	5
Joaquim Alves Godim	3
José Rodrigues do Nascimento	3
José Mariano de Oliveira Ramos	2
Antônio Elói Cassimiro de Araújo	1
Camilo Antônio de Menezes	1
Francisco José da Silva Prata	1
Inocência Alves Ferreira de Azevedo	1
João Rodrigues da Cunha Sobrinho	1
José Bernardes da Costa	1
Salvador Ferraz de Almeida	1

Fonte: CORASPE, Evacira Gonçalves da Silva; COUTINHO, Pedro dos Reis. *O poder legislativo através do tempo*. 3. ed. Uberaba: Solis Comunicação, Marketing e Consultoria, 2012. p. 67-73.

Pela tabela 5 podemos observar que do total de quatorze vereadores, sete exerceram um mandato e outros sete mais de um. Há, portanto, um relativo equilíbrio entre os vereadores. No entanto, um dado chamou-nos bastante a atenção. Ao compararmos o número de mandatos de cada vereador com a posse de escravos, constatamos que a maioria dos proprietários de grandes plantéis foi eleita para um pleito. Os proprietários mais modestos, por sua vez, foram eleitos em mais de uma ocasião.

Tais considerações podem ser observadas na tabela 6.

Tabela 6: Comparação entre o número de escravos e o número de mandatos dos vereadores de Uberaba

Vereadores	Ano	N.º de Escravos	N.º de Mandatos
José Bernardes da Costa	1852	12	1
José Mariano de Oliveira Ramos	1860	18	2
Antônio Elói Cassimiro de Araújo	1863	33	1

Salvador Ferraz de Almeida	1864	12	1
José Rodrigues do Nascimento	1865	3	3
Joaquim Alves Godim	1869	6	3
Francisco José da Silva Prata	1871	25	1
Innocência Alves Ferreira de Azevedo	1871	4	1
João Baptista Machado	1872	5	5
João Rodrigues da Cunha Sobrinho	1872	10	1
José Ferreira da Rocha	1872	7	5
Camilo Antônio de Menezes	1877	13	1
José Teixeira Alves de Oliveira	1885	25	5
Francisco Rodrigues de Barcellos	1888	14	5

Fonte: *APU*, inventários *post mortem* do 1.º e 2.º ofícios e CORASPE, Evacira Gonçalves da Silva; COUTINHO, Pedro dos Reis, op. cit., p. 67-73.

Diante do exposto na tabela 6 nos interrogamos sobre as seguintes questões: qual a razão da maioria dos proprietários de grandes plantéis terem exercido um mandato e os mais modestos terem exercido mais de um? Claro está que estamos atentos às exceções. Exemplo que podemos vislumbrar com o vereador José Teixeira Alves de Oliveira, dono de um plantel de vinte e cinco cativos e eleito para cinco legislaturas da vereança uberabense.

Por outro lado, se observamos a mesma tabela veremos que o vereador Antônio Elói Cassimiro de Araújo, por sinal, o maior proprietário escravista, dono de um plantel de trinta e três cativos, foi eleito para uma legislatura apenas. Para contrastar o caso de Araújo, temos o vereador João Baptista Machado, dono de cinco escravos e eleito para cinco mandatos. Diante destas observações faz-se necessário investigar a fundo a relação entre a posse de escravos e os mandatos dos vereadores uberabenses. A título de conjectura, bem sabemos que, a partir da segunda metade dos oitocentos, o número de cativos já não figurava mais como meio de angariar *status* social se levarmos em conta os anos finais da escravidão. De certo modo, com a proibição do tráfico internacional de escravos, o cativo passava a representar, ao menos, aos olhos dos fazendeiros das áreas mais dinâmicas da economia do Império um capital imobilizado. Afinal, o escravo era uma mercadoria que se depreciava e, conseqüentemente, estava com seus dias contados. Dito em outras palavras, para estes proprietários rurais não importava comprar escravos, mas sim dispensá-los.³¹

³¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: 1998. p. 490.

Neste aspecto em particular, podemos fazer este tipo de afirmação para os camaristas de Uberaba? Se seguirmos de perto as considerações de Emília Viotti da Costa, a multiplicação de empresas e profissões liberais no Brasil imperial, principalmente na segunda metade do século XIX, fez surgir um segmento social menos comprometido com a escravidão. Uma classe média urbana e com formação superior que não enxergava na instituição escrava um meio de vida e de *status* social.³² Talvez esta evidência nos ajude a explicar o porquê dos pequenos e médios proprietários de escravos terem sido eleitos mais vezes em proporção aos grandes proprietários. Ademais, convém ainda pesquisar o número de pleitos disputados pelos vereadores pesquisados e comparar tais cifras com os mandatos exercidos na câmara municipal de Uberaba para deprendermos, ao menos, um possível padrão entre a propriedade escrava e o número de mandatos.

Afora estas questões, haveria, porventura, alguma relação com a política do Império? Seguindo este ponto com mais vagar, qual seria a filiação partidária dos vereadores uberabenses? Quais eram filiados ao partido liberal? Quais ao partido conservador?

O memorialista Hildebrando Pontes nos fornece alguns indícios.³³ Para Pontes, em Uberaba os membros tanto do partido liberal quanto do conservador eram oriundos da vila de Desemboque. Nesta localidade, havia apenas o partido conservador, cujo chefe principal era o cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick³⁴. Em Desemboque, os liberais, em respeito ao cônego Hermógenes, não faziam oposição ao partido conservador.³⁵

De acordo com Hildebrando Pontes, em Uberaba, os liberais e os conservadores conviviam sem grandes atritos ao contrário de outras localidades. Porém, a Revolta Liberal de 1842 alterou o estado de ânimo entre os dois partidos.³⁶

³² Ibid.

³³ Hildebrando de Araújo Pontes nasceu, em 1879, em Jubaí, distrito de Conquista na região do Triângulo Mineiro. Na década de 1940 publicou o livro “História de Uberaba e a civilização do Brasil central”, obra que retrata os costumes da região, os aspectos geográficos e a ocupação territorial do Triângulo Mineiro. Pontes, entretanto, não é um historiador. Sua produção sobre Uberaba enquadra-se como um ensaio memorialístico. Todavia, sua obra, ao lado da produção de Antônio Borges Sampaio, é referência para os estudos de Uberaba e região.

³⁴ PONTES, Hildebrando, op. cit., p. 98. O cônego Hermógenes foi um importante chefe local no Sertão da Farinha Podre. Rico fazendeiro com considerável influência religiosa e política. Apesar de ser padre, teve numerosa família e exerceu cargos públicos civis e religiosos. Cf. DOMINGOS, Marcus Caetano. D. Hermógenes e a eleição para as cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³⁵ PONTES, Hildebrando, op. cit., p. 99.

³⁶ Ibid.

Não nos deteremos nos pormenores dos movimentos políticos de 1842.³⁷ Afinal, não é este o objetivo deste artigo. Por ora, resta destacar que, segundo Pontes, após as comoções de 1842 e a derrota dos liberais, estes foram alvos de perseguições por parte dos conservadores. Tais perseguições resultavam em retaliações quando os liberais assumiam o poder. E aqui, Pontes nos fornece uma informação interessante sobre dois vereadores por nós pesquisados.

Tratam-se dos vereadores Antônio Elói Cassimiro de Araújo e José Teixeira Alves de Oliveira, por sinal, já citados. De acordo com o memorialista o primeiro era liberal e o segundo conservador e ambos se envolveram em uma contenda por causa de vinte litros de feijão. Tal disputa resultou no fechamento de uma escola em Uberaba, o Colégio Vaz de Melo, de propriedade do engenheiro Fernando Vaz de Melo, outro político conservador.

Ambos os vereadores eram donos de armazéns de comércio de sal. Certo dia, o empregado do armazém de Oliveira comprara de um homem uma quadra de feijão (vinte litros). Este ficara de levar a encomenda, mas ao passar em frente ao armazém de Araújo, o empregado deste convenceu-o a vender o produto, ao saber que este se destinava ao armazém de Oliveira. Ao saber do ocorrido, o funcionário de Oliveira foi armado tomar satisfações com o empregado de Araújo. Este o recebeu de arma em punho. Deste encontro, porém, não houve violência.³⁸

Todavia, José Teixeira Alves de Oliveira processou o funcionário de Antônio Elói Cassimiro de Araújo sob a acusação de ameaça de morte. No processo, o empregado de Araújo foi defendido por Fernando Vaz de Melo. Este “era conservador; mas, acoimado de haver protegido a um adversário político, viu seu colégio despovoar-se, rapidamente, de seus alunos que os pais retiravam e pediam com insistência aos demais para fazerem o mesmo.”³⁹

Aqui temos um típico caso de violência. Ou, pelo menos, de ameaça de uso desta. Afinal, de acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, a violência parecia surgir “nos setores menos regulamentados da vida”, nos quais a ofensa era encarada pela comunidade como um ato deliberado de vingança que, por sua vez, se reproduzia indefinidamente entre as partes em conflito. O uso da força era algo recorrente, a todo o momento, “mesmo quando estão em jogo meios de vida inteiramente prescindíveis”.⁴⁰

³⁷ Para uma análise da Revolta Liberal de 1842 e, em especial, do estudo da origem dos termos Luzia e Saquarema cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit.

³⁸ PONTES, Hildebrando, op. cit., p. 104.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997. p. 27-8.

Em que pese a carga dramática deste episódio, cujo enredo revelou “muita vingança política”⁴¹ a julgar pelo fechamento de uma unidade escolar, convém chamar a atenção para os dois vereadores em questão. Pelo que podemos apurar do levantamento das legislaturas da vereança uberabense feito por Evacira Gonçalves da Silva Coraspe e Pedro dos Reis Coutinho, José Teixeira Alves de Oliveira, foi coronel e chefe conservador eleito para a terceira legislatura (1845-1851), sexta legislatura (1857-1861), sétima legislatura (1861-1865), oitava legislatura (1865-1869) e nona legislatura (1869-1872). Nesta última, Oliveira tinha a patente de tenente-coronel e foi presidente da câmara.⁴²

Já o liberal Antônio Elói Cassimiro de Araújo, pelo que pudemos apurar a partir das informações prestadas por Antônio Borges Sampaio⁴³, teria exercido o cargo de vereador, entre 1848 a 1857. Ademais, de acordo com Sampaio, Araújo deixou de ser camarista efetivo “porque declinava de si os cargos populares, para honrar cidadãos”.⁴⁴ No entanto, no trabalho feito por Evacira Coraspe e Pedro Coutinho consta que Araújo foi empossado como suplente para a sexta legislatura no dia 07 de maio de 1860.⁴⁵

Em que pesem estas observações, podemos deduzir o porquê de Antônio Elói Cassimiro de Araújo ter declinado “de si os cargos populares, para honrar cidadãos”. Este era o barão de Ponte Alta, importante e influente chefe político da região de Uberaba. Antônio Araújo nasceu em Desemboque, em 1816. Era filho natural de dona Ludovina Clara dos Santos.⁴⁶ Interessante observar que Antônio Borges Sampaio não mencionou quem foi o pai de Araújo. No entanto, o pai deste era o cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick já citado. Talvez Sampaio tenha omitido esta informação por questões políticas, tendo em vista que era cunhado de Antônio Araújo e, conseqüentemente, genro do cônego Hermógenes.⁴⁷

⁴¹ PONTES, Hildebrando, op. cit., p. 105.

⁴² Durante a oitava legislatura, o coronel Oliveira era membro suplente e tomou posse no dia 08 de dezembro de 1866. CORASPE, Evacira Gonçalves da Silva; COUTINHO, Pedro dos Reis, op. cit., p. 63-73.

⁴³ SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. p. 272. A título de informação, convém destacar que Antônio Borges Sampaio era cunhado e foi sócio de Antônio Elói Cassimiro de Araújo. Sobre Antônio Borges Sampaio ver nota 07.

⁴⁴ SAMPAIO, Antônio Borges, op. cit., p. 272.

⁴⁵ CORASPE, Evacira Gonçalves da Silva; COUTINHO, Pedro dos Reis, op. cit., p. 69.

⁴⁶ SAMPAIO, Antônio Borges, op. cit., p. 267.

⁴⁷ Segundo Marcus Caetano Domingos, dona Ludovina, mãe de Antônio Araújo, era natural de Paracatu. A união desta com o cônego Hermógenes teria lhe valido laços e contatos com os parentes de Ludovina na região de Paracatu. Pode-se presumir que tais

Antônio Elói Cassimiro de Araújo exerceu, em Uberaba, vários cargos e funções. Conforme já citado, era dono de armazéns de comércio de sal, produto bastante consumido na região. Foi oficial da Guarda Nacional, sendo eleito alferes em 1832. Em 1858, foi nomeado tenente-coronel, chefe do estado maior e, em 1865, coronel comandante superior da milícia dos municípios de Uberaba e Prata.⁴⁸

Araújo foi juiz de paz e substituto do juiz municipal de órfãos em Uberaba. Em 1859, foi eleito deputado para a Assembleia Legislativa Provincial. Em termos de mercês honoríficas, Antônio Elói foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo, em 1857, e, em 1868, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa. Em 1879, foi agraciado com o título de barão de Ponte Alta. Segundo nos assevera Sampaio, “jamais outro cidadão obteve posição social elevada em Uberaba e Triângulo Mineiro, como o barão de Ponte Alta.”⁴⁹

Pelo exposto, é interessante observar que o acúmulo de vários cargos pelo barão de Ponte Alta, leva-nos a induzir sobre a falta de elementos humanos necessários para os misteres administrativos do Estado imperial brasileiro em fase de construção. De fato, a relativa ausência de funcionários públicos, fez com os dirigentes imperiais recorressem ao diletantismo dos notáveis locais, cujos serviços seriam prestados pela boa vontade destes, mediante uma constante troca de privilégios e favores, cujas “principais ‘moedas’ serão fidelidades, honras e mercês”.⁵⁰

Ademais, de acordo com Lília Moritz Schwartz, a concessão de títulos de nobreza, distribuídos em grande abundância no Segundo Reinado, com destaque para o de barão – sem grandeza –, convertia-se em importante instrumento de manipulação e compensação política, principalmente nos períodos de crise. Para Schwartz, a concessão de títulos de nobreza tinha, em si, uma dupla finalidade: compensar descontentamentos e arrecadar fundos para o Estado.⁵¹

contatos foram determinantes para a eleição do cônego Hermógenes para as cortes de Lisboa pela comarca de Paracatu. Cf. DOMINGOS, Marcus Caetano, op. cit., p. 135. Nota 327.

⁴⁸ SAMPAIO, Antônio Borges, op. cit., p. 270. Sobre a Guarda Nacional, convém destacar que esta foi uma milícia civil, criada durante o conturbado período regencial. Os oficiais da Guarda Nacional eram eleitos entre os seus próprios pares. Porém, em 1850, a Guarda Nacional foi reformada e os oficiais passaram a ser nomeados, mediante indicação dos comandantes superiores. Cf. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. São Paulo: UNESP, 2013.

⁴⁹ SAMPAIO, Antônio Borges, op. cit., p. 273.

⁵⁰ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 150.

⁵¹ SCHWARTZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos*

Neste sentido, seguimos de perto as considerações de Kelly Eleutério Machado Oliveira. A autora assevera que a condição de vereador poderia ser a porta de entrada para o exercício de outras funções públicas que assegurariam riquezas, *status* social e, acima de tudo, projeção política.⁵² Para Oliveira, os vereadores marianenses “acumularam cargos públicos da administração local assumindo amplos poderes políticos. Eles circulavam entre as instâncias de poder local e provincial. Alguns deles chegaram a ser eleitos à Assembleia Provincial de Minas Gerais.”⁵³ Desta feita, a julgar pela trajetória política do barão de Ponte Alta, podemos deduzir o porquê de este ter exercido um breve período como camarista. Afinal, conforme foi dito, o barão “declinava de si os cargos populares”. Todavia, não “para honrar cidadãos”. Mas, muito provavelmente, para o exercício de outros de maior expressão social e política.

Em termos de atuação política, Antônio Borges Sampaio registrou que o barão de Ponte Alta era “adepto das ideias professadas pelo Partido Liberal, do qual foi sempre chefe, era por seus correligionários muito estimado. Por essas ideias se bateu sem praticar injustiças aos conservadores, seus adversários.”⁵⁴ Claro está, que devemos relativizar este apontamento, na medida em que Sampaio era também membro do Partido Liberal e, acima de tudo, cunhado do barão de Ponte Alta. Evidentemente, Sampaio não iria registrar as intrigas e rivalidades do seu amigo, cunhado, sócio e correligionário para com os conservadores de Uberaba.⁵⁵ Indício disto foi a querela, já exposta, do barão da Ponte Alta com o conversador José Teixeira Alves de Oliveira.

E por falar em liberais e conversadores, convém, a título de conclusão, fazer algumas considerações finais. José Murilo de Carvalho afirma, a respeito da alternância dos partidos Liberal e Conservador no poder, que mesmo havendo um relativo equilíbrio entre os gabinetes dos dois partidos no Império, os conservadores permaneceram por mais

trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 175.

⁵² OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado, op. cit., p. 90.

⁵³ Ibid., p. 65.

⁵⁴ SAMPAIO, Antônio Borges, op. cit., p. 273.

⁵⁵ Ademais, Sampaio registra em sua obra que o barão de Ponte Alta “no longo trajeto de sua vida pública e particular, não sofreu acusações crimes judiciárias”. SAMPAIO, Antônio, op. cit., p. 274. No entanto, também devemos relativizar esta observação, tendo em vista que o barão de Ponte Alta foi acusado, em certa ocasião, por uma de suas escravas de maus tratos. A escrava em questão, de nome Maria Rita, registrou, com a ajuda de um padre, em 1886, denúncia contra o barão. O episódio em questão desnuda a resistência escrava e o acesso dos cativos à justiça. Cf. DINIZ, Marise Soares. Auto de corpo de delicto feito em Maria Rita escrava do barão de Ponte Alta. Escrava Maria Rita, uma história de resistência. *Revista do Caderno de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n.1, p. 275-303, jan./jun. 2010.

tempo no poder.⁵⁶ Neste sentido, igual constatação, ao menos, podemos deduzir para os camaristas de Uberaba. Nesta localidade, a alternância entre liberais e conservadores, segundo nos comprova Hildebrando Pontes, seguia a tendência geral do Império, porém com todo o séquito de “terríveis vinganças”.⁵⁷

Todavia, Carvalho destaca que em Minas Gerais havia uma preponderância liberal.⁵⁸ Neste sentido, como se distribuía geograficamente esta maioria liberal? Podemos afirmar que a região de Uberaba era de predomínio liberal, em função, por exemplo, da influência do barão de Ponte Alta? Ademais, se seguirmos de perto as considerações de outro autor, Ilmar Rohloff de Mattos, como foi o “tempo saquarema” em Uberaba e na região do Sertão da Farinha Podre?

Pelo exposto e pelas limitações próprias deste espaço, é necessário destacar que os dados e as considerações aqui feitas são apenas parciais. Isto é, um indício de que há muito a ser pesquisado naquilo que diz respeito à composição das fortunas das elites regionais, bem como ao processo de construção da nação brasileira, em especial no Sertão da Farinha Podre, ao longo do século XIX.

Recebido em: 17 de novembro de 2015.

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2016.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 210.

⁵⁷ PONTES, Hildebrando, *op. cit.*, p. 106.

⁵⁸ Em termos de distribuição regional, Carvalho destaca que os liberais tinham maioria nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Já os conservadores eram maioria nas províncias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Cf. CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 217.